

Desigualdades Sócio-espaciais e Exclusão na Metrópole de São Paulo

Lucia Maria M. Bógus

PUC/SP

Suzana Pasternak

FAU/USP

- 1. Introdução**
- 2. Modelo teórico –metodológico**
- 3. As categorias sócio-ocupacionais: variações no período 1980-1991**
- 4. (Re) Distribuição ocupacional da população ocupada segundo as categorias sócio-ocupacionais**
 - 4.1 Construção da tipologia
 - 4.2 Hipóteses norteadoras
 - 4.3 Descrição da tipologia sócio-espacial em 1991

4.4 Descrição da tipologia sócio-espacial em 1980

5. Mudanças na espacialização entre 1980 e 1991

5.1 Alterações nas áreas superiores dirigentes

5.2 Alterações nas áreas superiores

5.3 Áreas intermediárias

5.4 Alterações nas áreas médias superiores

5.5 Alterações nas áreas médias inferiores

5.6 Alterações nas áreas operárias

5.7 Alterações nas áreas populares

5.8 Alterações nas áreas agrícolas

6. Síntese e conclusões

7. Bibliografia

8. Tabelas

8.1 Comparação das categorias sócio-ocupacionais 1980-1991

8.2 Áreas e população ocupada, 1980 e 1991

Desigualdades Sócio-espaciais, Segregação e Exclusão na MetrÓpole de São Paulo

1. Introdução

Inúmeros são os trabalhos sobre a RMSP e as análises acerca das mudanças no padrão redistributivo da população e das atividades econômicas na metrÓpole. Este não pretende ser apenas mais um trabalho sobre o tema, mas objetiva agregar novas informações às já disponíveis, a partir do uso de uma metodologia específica, a qual possibilita analisar, entre outros processos, a redistribuição espacial da população ocupada, no período 1980-1991 e posteriormente 2000, utilizando-se de informações censitárias.

Nossa unidade de informação são os setores censitários. Trabalha-se com informações acerca da população ocupada, agregando-se os setores com população residente entre 9.000 e 20.000 ocupados, expressas nas CATS (Categorias Sócio-Ocupacionais). Com o uso de análises fatoriais, essa população (classificada de acordo com as CATS) é distribuída em áreas homogêneas que apresentam configuração interna e distribuição espacial distintas em cada um dos períodos estudados.

Observação:

No caso de São Paulo, trabalhamos o conjunto das áreas em dois níveis:

- num primeiro nível, agregando as áreas de favela para garantir a comparabilidade com as demais regiões metropolitanas, em 1991;
- num segundo nível, tendo em vista a realização de análise longitudinal (período 1980 – 1991 – 2000), trabalhamos separadamente com as áreas de favela que passaram a constituir tipos específicos. Cabe notar que em 1980 os dados dos setores de favela não aparecem de forma independente.

2. Modelo teórico metodológico

A pesquisa partiu de 3 eixos e das relações entre eles. Tais eixos são

- a. Reestruturação econômica
- b. Modelo sócio-espacial
- c. Desenvolvimento institucional

A análise social do espaço é a classificação do território da cidade e de sua população, de forma a encontrar unidades de análise que permitam construir uma representação sintética de suas diferenças. A intenção da pesquisa é avaliar a existência da segregação e dos seus efeitos sobre a dinâmica espacial das áreas estudadas.

Assim, se a segregação é uma tendência na estruturação do espaço, ligada à concentração por classe, ou tradução territorial da estrutura social para sua mensuração torna-se necessário:

- Traduzir esta estruturação social nalguma forma de indicador, sintético ou complexo;
- Escolher unidades espaciais de análise que mensurem o fenômeno, de forma que a agregação social seja suficientemente “fina”, evidenciando a lógica maior de organização social do tecido urbano. Ou seja, se considerarmos unidades muito grandes, as medidas poderão simular uma falsa homogeneidade interna ou uma heterogeneidade irreal.

Estes dois problemas forma enfrentados da seguinte forma:

1) para a mensuração da segregação, optou-se pela construção de uma tipologia, evitando-se a mensuração clássica do tipo americano, da construção de índice sintético, como o usado nos USA, índice de dissimilaridade, para ver segregação por cor, por exemplo.

A tipologia é um instrumento de classificação e descrição. Utilizamos as *cats* (categorias sócio-ocupacionais) como *proxy* da estrutura social. As *cats* são resultantes da combinação da ocupação, renda e escolaridade. Foram utilizadas variáveis mensuradas pelo IBGE (classes de renda, anos de escolaridade e setor econômico, grupo

e posição da ocupação). A variável ocupação foi central, construída a partir de 400 ocupações utilizadas pelo IBGE. Estas *cats* foram organizadas por hierarquia e o ponto de partida para a categorização das áreas foi o perfil delas segundo as *cats*, o que fizemos por uma análise fatorial por correspondência binária, seguida de classificação hierárquica segundo a posição de cada uma no espaço obtido pelo peso dos dois primeiros fatores.

Para São Paulo, para as 619 áreas geográficas construídas (excluíram-se as favelas), foram sintetizados 9 tipos de áreas em 1991 e 7 tipos, em 1980: áreas agrícolas, populares, operárias, médias inferiores e superiores, intermediárias inferiores e superiores (estas apenas para 1991), superiores e superiores dirigentes. Este procedimento foi análogo para 1980 e 1991, permitindo a comparação.

2) Para a construção da unidade espacial de análise- área homogênea- partiu-se do mapa georeferenciado de setores censitários do IBGE. Estes setores foram agrupados em áreas contíguas, respeitando-se limites de distrito e município, agrupando, para fins estatísticos, um mínimo de 9000 pessoas ocupadas e um máximo de 20 mil

“O modelo básico aqui descrito tem como princípio a centralidade do trabalho na estruturação e no funcionamento da sociedade. A ocupação é permeada pela renda e escolaridade. Mas tal centralidade torna a ocupação uma variável capaz de fornecer informações discriminantes sobre renda, nível de instrução, estilo de vida, comportamento, etc.” (Queiroz Ribeiro e Lago, 2000: 175) Por outro lado, só pudemos incluir em nossa classificação a população efetivamente ocupada, uma vez que o IBGE não identifica as ocupações dos inativos (desempregados, aposentados, doentes, etc).

Foi utilizado como referência inicial o sistema de classificação das profissões na França (CSP), criado nos inícios de 1950 e aperfeiçoado pelo INSEE (*Institut National d'Économie et Statistique*), que tem sido utilizado como instrumento de análise de temas diversos, entre os quais a estrutura socioespacial (Tabard e Chenu,1993). Este procedimento foi trazido ao Brasil pelo Prof Preteceille, do CSU (Centre de Sociologie Urbaine, do CNRS) que auxiliou a adaptação da classificação francesa para os dados brasileiros do IBGE.

Esta operação não se resumia a uma taxonomia, já que pretendia criar uma estrutura ocupacional que refletisse a hierarquia da sociedade urbana/metropolitana brasileira e, de outro lado, que tivesse coerência estatística, além de coerência cognitiva. Ou seja, era necessário produzir critérios de classificação que localizassem indivíduos em posições ocupacionais que traduzissem a divisão social do trabalho vigente na economia metropolitana brasileira, cujo agrupamento representasse posições sociais que guardassem certa homogeneidade interna, e que estas posições sociais refletissem distinções hierárquicas – sociais e políticas – pelas quais a sociedade brasileira reconhece uma classificação de grupos que “mandam mais” e outros que “mandam menos”. Isto exprimiria a segregação.

Algumas dificuldades se colocaram logo de início:

- Em primeiro lugar, só se poderia incluir no sistema classificatório a população efetivamente ocupada, já que o IBGE não identifica ocupações dos que estão inativos, mas já trabalharam (aposentados, doentes, etc) e dos desempregados; este fator torna-se cada vez mais importante à medida em que cresce o desemprego e a estrutura etária se torna mais idosa
- A forma de coleta de informações restringiu-se à classificação ocupacional vigente nos Censos de 1980 e 1991. A mudança na forma de classificação em 2000 vai introduzir ainda mais uma dificuldade comparativa. Em 2000, não só modificou-se o critério temporal - em 1991 entendia-se por ocupação o emprego, cargo ou função, profissão, etc, exercido durante a maior parte dos 12 meses anteriores à data de referência do Censo e em 2000 este intervalo temporal foi modificado para 7 dias - como modificaram-se os critérios classificatórios ocupacionais, passando-se a utilizar a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações)
- Na França, a relação entre o sistema de categorias sócio-profissionais e a hierarquia social é forte, até pelo alto grau de formalização do trabalho, sindicalização e organizações profissionais. No Brasil, tem-se baixo grau de estabilidade e de institucionalização de muitas ocupações.

As dificuldades foram enfrentadas utilizando-se como variáveis auxiliares, quando necessário, a renda e a instrução. Partiu-se de alguns princípios básicos da divisão social do trabalho:

Capital X Trabalho → é a principal divisão da sociedade capitalista. Assim, na ausência de informações maiores, o critério básico foi a distinção entre empregados e empregadores;

Grande X Pequeno Capital → a economia atual se segmenta entre corporações capitalistas e pequenos e micro empresários, muitas vezes com empresas familiares. Foi utilizado o critério de 10 empregados (abaixo de 10, seria uma pequena empresa);

Autonomia X Subordinação → na economia brasileira, além do segmento capitalista, onde prevalecem relações de assalariamento (formal ou informal), há 4 modalidades de trabalho autônomo:

- o empreendimento individual, sem assalariamento, cujo produto se destina ao mercado, como comércio varejista, unidades de prestação de serviço, representantes comerciais, comerciantes por conta própria, etc;
- o trabalho cujo produto em grande parte é auto-consumido, integrando o setor de subsistência urbana;
- o auto-emprego dos que vendem seus serviços e produtos, como os artesãos, os prestadores de serviço e os profissionais liberais
- as ocupações temporárias irregulares e muitas vezes ilegais que integram o chamado “desemprego disfarçado”

Manual X Não Manual → envolve a distinção clássica entre o “blue color” e o “white color”. Na sociedade brasileira ainda prevalecem representações que atribuem pouco valor ao trabalho manual. O emprego em escritório ainda se mantém com símbolo de distinção social;

Controle X Execução → identifica a hierarquia ocupacional, segundo maior ou menor grau de responsabilidade no desempenho das atividades profissionais;

Secundário X Terciário → o proletariado secundário tem lugar específico na hierarquia social;

Manual x Tradicional → no proletariado secundário as ocupações das indústrias modernas (petroquímica, metalúrgica, bens de consumo duráveis, etc) costumam ter maiores níveis salariais, maior grau de sindicalismo, maior grau de proteção salarial.

Como resultado, chegou-se a uma estrutura sócio-ocupacional com 25 categorias sócio-ocupacionais, agrupadas em 8 grandes categorias; a ocorrência (simultânea) de certas condições de ocupação, escolaridade, renda, posição na ocupação e ramo de produção delimita cada categoria sócio- ocupacional.

1. elite dirigente

1. empresários, que reúne empregadores com 10 ou mais empregados e com renda igual ou maior que 20 salários mínimos
2. dirigentes do setor público, formada pelas ocupações de alto escalão no setor público, como ministros, magistrados e procuradores, empregados com carteira assinada ou funcionários públicos estatutários, com renda igual ou maior que 20 salários mínimos
3. dirigentes do setor privado, formada pelas ocupações de administração de empresas (indústria, extração mineral, construção civil e financeiras), empregados com carteira assinada e renda igual ou maior que 20 salários mínimos;
4. profissionais liberais, formada pelas ocupações tradicionalmente definidas como tal: médicos, engenheiros, arquitetos, dentistas, advogados, tanto empregadores como autônomos, com renda igual ou maior que 20 salários mínimos A colocação dessa categoria na elite aqui no Brasil se deve ao fato que estas profissões sempre foram exercidas pelos filhos das elites, são as que melhor se organizam como corporação e são identificadas como de elevado status social.

2. elite intelectual

Formada pelos profissionais autônomos de nível superior acima definidos como liberais, mas com renda menor que 20 salários mínimos e pelos empregados de nível superior trabalhando por conta própria, independentemente do nível de renda; os empregados de nível superior são empregados com carteira assinada ou funcionários públicos estatutários, com renda inferior a 20 salários mínimos

3. pequena burguesia

1. pequenos empregadores urbanos (com menos de 10 empregados), excluídos os comerciantes, com renda abaixo de 20 salários mínimos;
2. comerciantes por conta própria- atividades desenvolvidas em casa ou em empresas próprias, com renda abaixo de 5 salários mínimos.

4. Camadas médias

1. trabalhadores de rotina, sem função decisória, como secretárias, auxiliares administrativos e auxiliares de escritório;
2. trabalhadores em atividades de supervisão, formada por ocupações com algum poder de decisão, como assistentes de administração, corretores de imóvel, gerentes comerciais;
3. técnicos e artistas, formada por ocupações que requerem algum conhecimento específico, como desenhistas, técnicos em contabilidade, programadores de computação, músicos, fotógrafos;
4. trabalhadores da área de saúde e educação, como professores de 1º grau e assistentes de enfermagem;
5. trabalhadores nas áreas de segurança pública, justiça e correios, como investigadores de polícia, pessoal do corpo de bombeiros, forças armadas e carteiros.

5. proletariado secundário

1. operários da indústria moderna, formada pelos trabalhadores nas indústrias metalúrgica, mecânica, material elétrico, químico, petróleo, farmacêutica, entre outras, que envolvem trabalhadores com posição mais elevada, já que tem maiores salários, maior grau de proteção social, maior organização sindical;
2. operários da indústria tradicional (exceto construção civil);
3. operários de serviços auxiliares, formado pelos empregados nas setores de transporte, comunicação e serviços auxiliares;
4. operários da construção civil, como mestres, pedreiros, serventes, pintores, ladrilheiros, etc;

5. artesãos, formada por trabalhadores autônomos especializados como alfaiate, sapateiro, marceneiro, estofador, carpinteiro e outros, com renda acima de 10 salários mínimos.

6. proletariado terciário

1. trabalhadores do comércio, como vendedores, operadores de caixa;
2. prestadores de serviço especializado, formada pelos trabalhadores autônomo em ocupações manuais que requerem um saber específico, como mecânicos, cabeleireiros, com renda acima de 10 salários mínimos, excluídos os profissionais autônomos especializados, com mecânicos, motoristas, sapateiros;
3. prestadores de serviço não especializado, como porteiros e vigias

7. subproletariado, ou trabalhadores da sobrevivência

1. empregados domésticos;
2. ambulantes e biscateiros, como feirantes, doceiros, carroceiros, engraxates, etc. É uma categoria restrita aos autônomos sem saber específico, com renda baixa.

8. trabalhadores agrícolas

- formada por todas as ocupações agrícolas abaixo de 20 salários mínimos. Assim, as ocupações criador bovino, proprietário agropecuário e avicultor, com renda alta, não se mantêm nesta categoria.

A partir das 691 áreas homogêneas foi feita uma análise fatorial por correspondência binária, seguida de classificação hierárquica dos conglomerados resultantes, a partir da categoria sócio-ocupacional. Nesta análise fatorial consegue-se agrupar as áreas homogêneas em conglomerados de áreas com predominância da mesma categoria sócio-ocupacional, resultando numa tipologia de áreas segundo as *cats*.

3. As categorias sócio-ocupacionais: variação no período 1980 – 1991

Em relação às categorias sócio-ocupacionais, observamos no período 1980 – 1991 as seguintes mudanças:

- a população de ocupados cresce mais lentamente que a população total, entre 1980 e 1991; a taxa de crescimento anual dos ocupados foi de 0,82% ao ano, no período, enquanto que a da população total atingiu 1,66%, para a região metropolitana. Este dado indicaria, além do aumento do desemprego por desalento, uma possível alteração na população em idade de trabalhar, com aumento da idade média.
- O percentual de população em ocupações agrícolas aumentou de 0,81% do total de ocupados para 1,03% (taxa de crescimento elevada, de 3,10% anuais). Esse crescimento das ocupações agrícolas parece já ser indicativo de processo de expansão de áreas urbanas sobre territórios ainda definidos como áreas rurais, que se manifesta nos anos 90. De fato, em termos gerais, a análise regional da distribuição do crescimento da população rural, ao longo da última década, aponta para a ocorrência desse fenômeno: nos anos 90, ocorre a reversão da tendência de intensa saída do campo no estado de São Paulo, e essa reversão ocorre sobretudo na região metropolitana de São Paulo. Com referência ao aumento dos trabalhadores agrícolas no período 1980 – 1991, acredita-se que já estivesse vinculado a uma expansão do trabalho em “chácaras” residenciais, muitas delas situadas no antigo cinturão verde da região metropolitana de São Paulo. Nesse sentido, poder-se-ia falar de “falsos agrícolas”, ou seja, trabalhadores que ao invés de agricultores trabalham como “caseiros”, cuidando de hortas domésticas e jardins em propriedades de residência ou recreio de população de renda alta e média alta.
- O número de ocupados em atividades classificadas como da elite dirigente cresceu tanto em números absolutos, com aumento de mais de 42 mil pessoas, como em taxas anuais: a taxa anual de crescimento da elite dirigente foi de 4,60%. O percentual da elite dirigente representava 1,46% dos ocupados em 1980 e subiu para 2,19% em 1991. Assim, pode-se falar em crescimento real da elite dirigente. Este crescimento é maior entre os profissionais liberais (taxa de 6,02% anuais) e entre os dirigentes privados

(taxa de 5,35% anuais). É menor entre os empresários (4,54% anuais) e chega a ser negativa entre os dirigentes públicos.

- A chamada elite intelectual – formada por profissionais de nível superior – apresentou também crescimento sensível no período, passando de 4,46% em 1980 para 6,10% em 1991. Seu incremento anual no período foi de 3,78% e o seu aumento absoluto foi de mais de 100 mil pessoas. Isso é claramente perceptível através dos valores absolutos: 202.445 pessoas em 1980 e 304.438 pessoas em 1991. Este crescimento de mais de 100 mil pessoas representa 24% do incremento total.
- Tanto a pequena burguesia, como as categorias médias cresceram sensivelmente entre 1980 e 1991. Chama a atenção o crescimento da pequena burguesia, 2,86% anuais, passando de 5,08% para 6,34% do total dos ocupados nos dois momentos estudados. Acredita-se que esse crescimento esteja em parte vinculado ao aumento dos trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores urbanos (proprietários de bares, lojas, pequenos estabelecimentos comerciais), fenômeno típico do final da década de 1980, como alternativa ao desemprego. Dentro da pequena burguesia, a categoria que teve a maior taxa de crescimento foi a dos pequenos empregadores, de 4,38% anuais.
- As chamadas categorias médias cresceram a uma taxa anual de 1,67%. Representavam 27,52% do total dos ocupados em 1980, passando para 30,21% em 1991. Em 1991 é a categoria que agrega o maior número de ocupados enquanto que em 1980 a maior categoria era a do proletariado secundário, com 32,55% dos ocupados. Aliás, o fenômeno que marca a passagem dos anos 70 para os anos 80 é o do aumento relativo das categorias médias. No caso de São Paulo, este aumento deve-se sobretudo ao crescimento das atividades de saúde e educação (quase 6% anuais), que absorveram maior percentual de ocupados.

- De acordo com o esperado, em função do ainda incipiente quadro de transformações da metrópole industrial em metrópole de serviços, observou-se um crescimento discreto do proletariado terciário. O proletariado terciário, que representava 19,25% da população ocupada em 1980, passou a representar 20,49% em 1991, com incremento anual de 1,39%, com aumento de 143.823 pessoas.
- No caso do proletariado secundário, pode-se vincular sua diminuição acentuada no período aqui analisado, ao crescimento da pequena burguesia, das camadas médias e dos trabalhadores do terciário. Outra hipótese, refere-se ao processo de desconcentração industrial, em curso desde a década de 70, responsável pela crise dos empregos industriais e à transferência de muitas indústrias da região metropolitana de São Paulo tanto para o interior do estado, como para outros estados brasileiros. De fato, de 32,55% do total de ocupados em 1980, o percentual de ocupados do proletariado secundário caiu para 25,66% em 1991. A perda foi particularmente sensível para a indústria moderna (-2,23% anuais), para a indústria de serviços auxiliares (-3,38%) e menor para a construção civil (-1,04%). No caso da indústria tradicional, observou-se ganho significativo no período (3,43% ao ano). Supõe-se que esse aumento seja devido ao aumento das pequenas confecções que se espalharam pela metrópole.
- Quanto aos trabalhadores da sobrevivência – o nível mais baixo da hierarquia sócio-ocupacional – também não houve crescimento na década de 1980: representavam 8,90% dos ocupados em 1980 e 7,97% em 1991. Tais dados contrariam a hipótese de alargamento da base da pirâmide social na região metropolitana de São Paulo, pelo menos para aquele período.

Em síntese, verificam-se as seguintes tendências:

- a) diminuição relativa da população ocupada entre 1980 e 1991;
- b) crescimento das elites dirigente e intelectual
- c) crescimento menor das camadas médias e pequena burguesia

- d) pequeno crescimento do proletariado terciário, sobretudo devido ao aumento dos empregados do comércio
- e) diminuição do proletariado secundário
- f) pequena diminuição dos trabalhadores da sobrevivência

4. (Re)Distribuição espacial da população ocupada, segundo as Categorias Sócio-Ocupacionais

4.1 Construção da tipologia

Aplicou-se uma tipologia quantitativa para análise da divisão social da metrópole de São Paulo¹. Foi utilizada a categoria sócio-ocupacional como variável central. Na análise, associaram-se a esta variável, outras variáveis censitárias. A partir da geração de 691 áreas homogêneas (excluindo-se as áreas sub-normais, as quais correspondem, em princípio, a favelas), tanto para 1980 como para 1991, chegou-se a tipologias detalhadas para estes dois anos.

Assim, para 1991, um detalhamento mais refinado forneceu 19 tipos de áreas; para 1980, 17 tipos. Para uma análise comparativa, tal nível de detalhamento sofria um sério risco de mergulhar os pesquisadores de forma confusa num mundo de informações difícil de ordenar. Optou-se por agrupar alguns tipos em tipos maiores ainda com grande grau de homogeneidade interna, facilitando a análise comparativa e evolutiva. Reduziram-se, dessa forma, os 19 tipos de 1991 para 9 e os 17 tipos de 1980 para 7.

1980		1991	
Agrícola	10	Agrícola	13

¹ A tipologia aqui descrita foi fruto de trabalho do grupo PRONEX, sob a coordenação de Luis César de Queiroz Ribeiro, que por sua vez a elaborou em colaboração com Edmond Preteceille, do CSU – Centre de Sociologie Urbaine do CNRS e Luciana Correa do Lago, do IPPUR

Popular	212	Popular	40
Operário	202	Operário	164
Médio inferior	145	Médio inferior	188
Médio superior	47	Médio superior	52
		Intermediário inferior	113
		Intermediário superior	54
Superior	59	Superior	51
Superior dirigente	16	Superior dirigente	16
Total	691	total	691

Os mapas construídos com estas tipologias sócio-espaciais representam a espacialização da divisão social do espaço metropolitano, nas duas datas estudadas. A associação entre estes tipos e outras variáveis, relacionadas com a demografia específica de cada área (estrutura etária, cor, razão de sexo, migração), condições de moradia e de infra-estrutura, e condições dos chefes desocupados, permitiu a discriminação das diferenças da população e dos seus territórios.

4.2 Hipóteses norteadoras

Teresa Caldeira (2000: 211) coloca que “ao longo do século XX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo. A primeira estendeu-se do final do século XIX até o final dos anos 40 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais, com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda

concebiam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’, Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘ marginalizados’ e os sem-teto.”

Queiroz Ribeiro (2003) comenta que a literatura internacional sobre os impactos da globalização nas grandes cidades tem enfatizado o aumento da segregação residencial. A difusão de idéias liberais mudou modelos de políticas públicas, privatizando serviços e assim aumentando a desigualdade de acesso a equipamentos públicos. Este mesmo ideário concorreu para uma liberalização da intervenção no mercado de terras e de moradia, reforçando a desigualdade também na organização do espaço urbano. Além destes dois itens, a globalização tem contribuído para transformações na base produtiva das cidades, com tendências à dualização social, e aumento de distância entre a renda média dos estratos superiores e a dos inferiores. Segundo este autor, isso colabora para o surgimento de bairros exclusivos das camadas superiores, ao mesmo tempo que as camadas médias e as inferiores são deslocadas para outros bairros, diminuindo o grau de mistura social das cidades.

Sabatini (1999), tal como Caldeira o fez para São Paulo, indica, para Santiago do Chile uma mudança dos padrões de segregação residencial, de uma grande escala para a micro-escala, ou seja, do modelo centro-periferia para um modelo “ fractal”.

A análise 1980-1991 ainda não reflete as mudanças na última década do século XX, apenas dá algumas indicações e inicia a construção de série histórica explicativa. O que se percebe é:

- em relação à estrutura produtiva, deu-se um crescimento das elites e diminuição do proletariado secundário. Mas, pelo menos até 1991, seria apressado se falar numa transformação do tipo ampulheta, com crescimento da base e do topo da estrutura social;
- em relação à infra-estrutura, diminuem as diferenças históricas entre centro e periferia metropolitana, com difusão de alguns serviços por todo o tecido metropolitano. Assim, se em 1980 82% dos domicílios da metrópole estavam ligados à rede pública de água, em 1991 esta percentual atinge 95,42%. As ligações à rede pública de esgotamento sanitário passam de 54,44% dos domicílios para 82,18%, e o acesso à energia elétrica torna-se universal. Assim, ao menos em princípio, a segregação centro periferia perderia uma das suas “razões”, que seria resumida no acesso diferencial aos serviços urbanos.

As perguntas que vão nortear a análise do mapeamento da metrópole são:

- a globalização estaria de fato rompendo com o modelo de cidade que tínhamos até então?
- Se a resposta fora afirmativa, a evidência do modelo fractal- segmentação sócio-espacial em micro escala, é dominante? Onde e porque?
- Como e se está se dando a coexistência entre velhas e novas formas de segregação?
- O novo padrão de desigualdade sócio-espacial conduz a uma concentração espacial das camadas mais poderosas e a uma diminuição dos espaços mais misturados?
- Se a infra-estrutura na metrópole de São Paulo não é mais variável determinante, quais seriam estas variáveis e porque?

4.3 Descrição da tipologia sócio-espacial em 1991

Os espaços superiores dirigentes são caracterizados por concentrar fortemente a categoria elite dirigente, sobretudo os dirigentes públicos e privados e os profissionais liberais. A elite dirigente representa somente 2,19% da população ocupada em 1991, mas nesta área, mais de 16% dos ocupados pertencem à elite dirigente. Cerca de 22% dos profissionais liberais e mais de 15% dos empresários e dirigentes públicos e privados moram nestes espaços. O peso relativo da elite dirigente está expresso pela densidade relativa alcançada, 7,5 vezes à densidade apresentada pelo conjunto da estrutura social da região metropolitana. Para os profissionais liberais esta densidade chega a ser quase 10 vezes a densidade da categoria na estrutura social da metrópole, enquanto que para os dirigentes públicos e privados quase alcança 8 vezes. A elite intelectual tem também importante presença nos espaços superiores dirigentes, pois representa 17,71% dos ocupados neste espaço, o que fornece uma densidade de 2,90 vezes a densidade desta categoria na estrutura social geral. Entre os 109.620 ocupados nas áreas do tipo superior dirigente, mais de 37 mil (34%) são elite dirigente e/ou intelectual. Ao lado das elites dirigente e intelectual, o espaço superior dirigente é também caracterizado pela forte presença dos trabalhadores de sobrevivência, sobretudo dos empregados domésticos, que residem nas casas dos patrões, a seu serviço. Trata-se, assim, de espaço polarizado, pois as categorias populares representam 25% dos ocupados que moram nos espaços superiores dirigentes, dos quais 24,73% são empregados domésticos. Chama a atenção o total de quase 60% dos ocupados dos espaços superiores dirigentes somarem elites e domésticos, a seu serviço, dado que a presença desta última categoria se dá por demanda de serviços pessoas, e não por relações de vizinhança.

Em relação às variáveis demográficas associadas, chama a atenção, nestes espaços superiores dirigentes, o percentual de chefes de domicílio do sexo feminino (24,88%, bem superior ao total, de 18,44%). É neste conglomerado onde a estrutura etária concentra a maior proporção de velhos: quase 29% dos chefes de domicílio tinha mais de 60 anos. É reduzida a proporção de não brancos, apenas 6,54% dos chefes de domicílio são pretos ou pardos. A porcentagem de chefes migrantes é também inferior à dos outros conglomerados, e bem inferior à média da metrópole. E entre os chefes migrantes, predominam os que migraram há mais de 10 anos. A renda média dos chefes nos espaços superiores dirigentes é a mais alta entre os conglomerados, mais do que o dobro da renda média para a metrópole, e a proporção de chefes com 10 salários

mínimos e mais é superior a 62%, quando para a Grande São Paulo esta proporção era de 20,60%. Acompanhando a renda alta, o percentual de chefes com alta escolaridade é também alto: 62,39%. Entre os chefes desocupados, mais de 16% são aposentados ou pensionistas, e quase 2% vive de rendas. De forma resumida, os espaços superiores dirigentes em 1991 são mais femininos que a média, com maior proporção de brancos, velhos e não migrantes, renda e escolaridade alta em relação á média da metrópole. Suas unidades domiciliares são quase que totalmente em alvenaria, e a cobertura predominante é a laje. O cluster concentra fortemente casas próprias, cobertas por infraestrutura básica: luz, água e esgoto.

Os espaços superiores têm composição social próxima à dos espaços superiores dirigentes, porém com maior peso da elite intelectual e menor da elite dirigente. O peso relativo da elite intelectual aumenta para 3,46 (nos espaços superiores dirigentes era de 2,90) e o da elite dirigente diminui para 4,42 (nos espaços superiores dirigentes era de 7,44). A concentração nas elites e nos domésticos diminui em relação aos espaços anteriores, de 60% para 41%. As camadas médias, por sua vez, aumentam sua participação para quase 30% dos ocupados. Pode-se afirmar que os espaços superiores apresentam maior mistura social, em relação aos espaços superiores dirigentes, embora se caracterizem ainda pela forte presença das elites.

Em relação às variáveis demográficas, são ainda mais femininos que os superiores dirigentes, com mais de 25% dos chefes de domicílio mulheres. É curiosa esta associação elite intelectual com chefia feminina. De outro lado, tem maior concentração de pardos e pretos que o cluster superior dirigente, e menor proporção de chefes nas faixas etárias mais velhas. Em relação à migração, seu perfil aproxima-se bastante dos espaços superiores dirigentes. A renda média do chefe, entretanto, é nitidamente inferior á dos chefes dirigentes, embora ainda bem maior que a média metropolitana (quase 2 vezes maior). A proporção dos chefes com alta escolaridade continua alta, de 48,41%, embora inferior à do cluster superior dirigente. Um dado interessante relaciona-se á religião do chefe do domicílio: é nos espaços superiores onde vai existir a maior proporção de chefes sem religião. No que diz respeito aos chefes desocupados, a proporção de aposentados e pensionistas dos espaços superiores aproxima-se á dos espaços superiores dirigentes. Os domicílios continuam predominantemente próprios, embora em proporção menor que nos espaços superiores dirigentes (67% , quando no

superior dirigente era 71%), em alvenaria, cobertura de laje, embora com significativa presença de telha de barro, e bem servidos de infra-estrutura.

Nos espaços intermediários cai fortemente o peso da elite dirigente, mas cai apenas levemente o peso da elite intelectual. Aumenta a mistura social pelo aumento da pequena burguesia e das camadas médias. No espaço intermediário superior, o peso da elite dirigente ainda atinge 2,25 do peso médio da categoria na estrutura social metropolitana e o peso relativo da elite intelectual é ainda maior, atingindo 2,38, pouco menor que o peso da mesma categoria nos espaços superiores dirigentes. As camadas médias são fortemente representadas, com quase 37% dos ocupados moradores deste tipo de área. Mais de 46% dos ocupados moradores nos espaços intermediários superiores pertencem a pequena burguesia ou às camadas médias, e quase 15% à elite intelectual.

Os espaços intermediários têm razão de sexo maior que a média, mas menor que nos espaços superiores dirigentes e superiores: seu percentual de chefia feminina está em torno de 22%. Por sua vez, a estrutura etária segue um padrão descendente: a proporção de chefes com 60 anos e mais é cada vez menor, em relação aos espaços superiores, mas a porcentagem de chefes não brancos aumenta, atingindo 10% no intermediário superior e 18,40% no intermediário inferior, assim com a presença de migrantes, onde a diferença é nítida entre o intermediário superior, com 56% de chefes migrantes, e o intermediário inferior, onde este percentual atinge 73%. A renda média continua caindo, sendo de 11,03 salários mínimos no intermediário superior e 8,51 no intermediário inferior, respectivamente 1,53 e 1,18 a renda média do chefe metropolitano. Associada à renda, a escolaridade do chefe também diminui em relação aos clusters superiores, e esta queda é ainda mais nítida no intermediário inferior, onde o percentual de chefes com curso superior cai abaixo de 20%. Uma variável que chama a atenção é o percentual de chefes aposentados e pensionistas: nestes clusters intermediários apresenta-se bastante alto, com quase 20% dos chefes nesta categoria. A proporção de chefes idosos é menor que nos superiores, mas a de aposentados/pensionistas, maior.

As maiores proporções de domicílios alugados estão também nestes clusters intermediários: mais de 30%. Estas casas são de alvenaria, com cobertura de laje e telha de barro, e bem servidas em relação à infra-estrutura básica. Resumindo, o que

caracteriza os espaços intermediários é uma maior mistura de categorias sócio-ocupacionais, numa população com menor proporção de chefes mulheres e idosos, com maior percentual de não brancos, renda média menor que nos espaços superiores, e com grande número de chefes aposentados e pensionistas e considerável proporção de casas alugadas.

Nos espaços intermediários inferiores a elite dirigente praticamente tem peso relativo igual ao da estrutura social metropolitana e o peso da elite intelectual diminui muito. Trata-se de área com grande mistura social nas posições médias da hierarquia social: a pequena burguesia mais as camadas médias representam 46,2% dos seus moradores, tal como as áreas intermediárias superiores. Mas o que distingue as intermediárias inferiores das superiores é a presença, nestas últimas, de camada representativa da elite intelectual, o que não acontece nos espaços inferiores. De outro lado, a presença do proletariado, tanto terciário como secundário, é maior nos espaços intermediário inferior (27,62% % dos moradores ocupados) que no intermediário superior.

Nos espaços médios cai fortemente a presença das elites dirigente e intelectual, porém desce pouco o peso da pequena burguesia e das camadas médias, enquanto aumenta o grau de mistura social pelo aumento do proletariado terciário e secundário. Os espaços médios inferiores constituem a fronteira entre as duas pontas da estrutura sócio-espacial da metrópole paulista, dado que neste tipo de espaço se iniciam as densidade superiores a 1 para os proletariados terciário e secundário. O que diferencia os espaços médios superiores dos inferiores é a densidade relativa da pequena burguesia maior que a unidade nos superiores. Estes espaços médios, além da proporção de cerca de 35% dos moradores ocupados pertencerem às camadas médias, já apresentam forte proporção de proletariado, tanto do secundário como do terciário. No espaço médio inferior, o proletariado soma mais de 50%, enquanto que no médio superior, 46%.

Nos espaços médios a proporção de mulheres chefes de família aproxima-se da média metropolitana: 15%, assim como o percentual de chefes com 60 anos e mais (13% no médio inferior e 15% no médio superior, quando para o total da metrópole a porcentagem é de 15%. Em relação à cor dos chefes, no médio inferior é próxima da média metropolitana, 29%, e no médio superior, menor, com 21%. A proporção de chefes migrantes também se aproxima do total, assim como a renda média, 7,33 salários

mínimos para os espaços médios superiores e 6,18 salários mínimos para os espaços médios inferiores, respectivamente 1,01 vez e 0,86 vez a renda média do chefe metropolitano. A proporção de chefes com escolaridade superior é também semelhante à média dos chefes metropolitanos (7% para os espaços médios inferiores, 12% para os espaços médios superiores, quando para a metrópole esta percentagem foi de 9,6%). Em relação à religião, chama a atenção a maior incidência de evangélicos, tanto em relação aos espaços anteriores, como em relação à proporção total de evangélicos. Diminui a proporção de casas com cobertura de laje, aumentando a presença de telhas de cimento amianto. Aumenta, de forma ligeira, a proporção de casas com paredes de madeira. A percentagem de domicílios próprios mantém em torno de 65%, e as casas continuam bem servidas pela infra-estrutura básica.

O percentual de proletários aumenta fortemente nos espaços operários. A densidade relativa do proletariado terciário neste espaço atinge 1,17 vezes a densidade da categoria na estrutura social da metrópole, enquanto que para o operariado atinge 1,52. Mais de 35% do total do proletariado secundário da metrópole mora neste espaço. Quase 40% dos moradores dos espaços operários pertencem ao proletariado secundário, sendo que 13,20% são operários da indústria moderna. Neste tipo de espaço, as elites estão praticamente ausentes, e as camadas médias representam cerca de 21%.

A razão de sexo dos chefes nos espaços operários cai para 15%, mais baixa que a proporção total de chefes mulheres. A proporção de chefes idosos não alcança 8%, quase metade da proporção metropolitana. A proporção de chefes pretos e pardos é grande, de 44%, mais de 1,6 vezes a geral. Nestes espaços operários, a migração está presente fortemente, inclusive com migrantes recentes. A renda média dos chefes cai para quase 5 salários mínimos, inferior à média metropolitana de 7,22 salários mínimos. Os evangélicos aparecem de forma nítida, com 9% dos chefes declarando-se pentecostais. O percentual de chefes analfabetos já é considerável: 14%. Resumindo, observa-se um perfil populacional bem distinto dos espaços superiores, intermediários e médios: menos chefes mulheres, menos idosos, mais migrantes, mais pretos e pardos, evangélicos e analfabetos. A casa própria domina, com cobertura modal em laje e paredes de alvenaria. Os domicílios têm energia elétrica, mas a presença de energia sem medidor é grande (em 15% dos domicílios) e a proporção de casas não abastecidas pela

rede pública de água não é desprezível (6%), assim como moradias com destino dos dejetos ao ar livre ou córrego (7%).

Nos espaços populares diminui a presença do operariado secundário (de 39% dos ocupados para 33%) e aumenta a proporção de empregados domésticos (12,3%). Entre o proletariado secundário, o espaço popular distingue-se do espaço operário pela maior presença de operários da construção civil e menos trabalhadores da indústria moderna.

O perfil demográfico dos chefes dos espaços populares assemelha-se bastante ao perfil encontrado nos chefes dos espaços operários: proporção de chefes mulheres em torno de 15%, chefes idosos em torno de 8%, cerca de 42% dos chefes pardos e pretos, maioria de migrantes, forte proporção de migrantes recentes. Nota-se, entretanto, que a renda média dos chefes nos espaços populares em 1991 era maior que a renda média dos chefes nos espaços operários (5,31 salários mínimos e 4,74 salários mínimos), embora a proporção de chefes com 10 salários mínimos e mais seja maior entre os chefes os espaços operários. Predominam as casas próprias, nestes espaços populares, sempre em alvenaria, com cobertura em laje (51%), cimento amianto (25%) e telha de barro (22%). A ligação à rede pública de água tratada já não é universal, com quase 14% dos domicílios recebendo água de poço ou nascente e apenas 40% das casas ligadas á rede pública de esgotos. Os espaços populares, assim, distinguem-se dos espaços operários por apresentarem condições de moradia e infra-estrutura mais precárias.

No caso dos espaços agrícolas, embora a população ocupada residente seja apenas de 64 mil pessoas (1,3% da população ocupada total), a densidade relativa de trabalhadores agrícolas é quase 19 vezes à observada na estrutura social metropolitana. Na Grande São Paulo, existiam 51.397 trabalhadores agrícolas em 1991, que se distribuíam pelos espaços agrícolas, populares, operários e médios inferiores, embora com densidade maior nos espaços agrícolas. Nestes espaços agrícolas residem também os trabalhadores da sobrevivência, principalmente domésticos e ambulantes, com densidades superiores a 2 vezes a da estrutura social metropolitana.

Estes espaços agrícolas tem menos chefes mulheres, maior proporção de chefes jovens e menor peso de chefes com 60 anos e mais, uma renda média muito baixa, de apenas 3,75 salários mínimos, com grande percentual de chefes ganhando até 2 salários

mínimos. Muitos chefes são analfabetos – ¼ dos chefes, e um grande percentual compõem-se de aposentados e pensionistas. As condições de moradia são distintas dos outros espaços, com uso de telha de barro em quase 50% das unidades habitacionais e grande presença de casas cedidas (35%). A maioria das casas está ligada á poço ou nascente e não é servida por rede publica de esgotamento sanitário. A energia elétrica continua presente, muitas vezes sem medidor.

4.4 Descrição da tipologia sócio-espacial em 1980

Os espaços superiores dirigentes são caracterizados por concentrar fortemente a categoria elite dirigente, sobretudo os empresários e os profissionais liberais. A elite dirigente representa somente 1,46% da população ocupada em 1980, mas nesta área, cerca de 12% dos ocupados pertencem à elite dirigente. Cerca de 24% dos profissionais liberais e mais de 6 % dos empresários e dirigentes públicos moram nestes espaços. O peso relativo da elite dirigente está expresso pela densidade relativa alcançada, 8,14 vezes à densidade apresentada pelo conjunto da estrutura social da região metropolitana. Para os profissionais liberais esta densidade chega a ser superior a 9 vezes a densidade da categoria na estrutura social da metrópole, enquanto que para os dirigentes privados e empresários quase supera 8 vezes. A elite intelectual tem também importante presença nos espaços superiores dirigentes, pois representa 16,6% dos ocupados neste espaço, o que fornece uma densidade de 3,74 vezes a densidade desta categoria na estrutura social geral. Entre os 120.197 ocupados nas áreas do tipo superior dirigente, mais de 34 mil (28,5%) são elite dirigente e/ou intelectual. Ao lado das elites dirigente e intelectual, o espaço superior dirigente é também caracterizado pela forte presença dos trabalhadores de sobrevivência, sobretudo dos empregados domésticos, que residem nas casas dos patrões, a seu serviço. Trata-se, assim, de espaço polarizado, pois as categorias populares representam 24% dos ocupados que moram nos espaços superiores dirigentes, dos quais 23,42% são empregados domésticos. Chama a atenção o total de quase 52% dos ocupados dos espaços superiores dirigentes somarem elites e domésticos, a seu serviço, dado que a presença desta última categoria se dá por demanda de serviços pessoas, e não por relações de vizinhança.

Em relação às variáveis demográficas associadas, chama a atenção, nestes espaços superiores dirigentes, o percentual de chefes de domicílio do sexo feminino (22,17%, bem superior ao total, de 15,05%). É neste conglomerado onde a estrutura etária concentra a maior proporção de velhos: quase 20% dos chefes de domicílio tinha mais de 60 anos. É reduzida a proporção de não brancos, apenas 6,57% dos chefes de domicílio são pretos ou pardos. A porcentagem de chefes migrantes é também inferior à dos outros conglomerados, e bem inferior à média da metrópole. E entre os chefes migrantes, predominam os que migraram há mais de 10 anos. A renda média dos chefes nos espaços superiores dirigentes é a mais alta entre os conglomerados, mais do que 2,6 vezes a renda média para a metrópole, e a proporção de chefes com 10 salários mínimos e mais é superior a 57%, quando para a Grande São Paulo esta proporção era de 14%. Acompanhando a renda alta, o percentual de chefes com alta escolaridade é também alto: 57%. Entre os chefes desocupados, mais de 9% são aposentados ou pensionistas, e quase 4% vive de rendas. De forma resumida, os espaços superiores dirigentes em 1980 são mais femininos que a média, com maior proporção de brancos, velhos e não migrantes, renda e escolaridade alta em relação á média da metrópole. Suas unidades domiciliares são quase que totalmente em alvenaria, e a cobertura predominante é a laje. O cluster concentra fortemente casas próprias, cobertas por infra-estrutura básica: luz, água e esgoto.

Os espaços superiores têm composição social relativamente distinta da dos espaços superiores dirigentes, com menor peso tanto da elite intelectual como da elite dirigente. O peso relativo da elite intelectual diminui para 3,18 (nos espaços superiores dirigentes era de 3,74) e o da elite dirigente diminui para 3,82 (nos espaços superiores dirigentes era de 8,14). A concentração nas elites e nos domésticos diminui em relação aos espaços anteriores, de 52% para 32%. As camadas médias, por sua vez, aumentam sua participação para mais de 35% dos ocupados. Pode-se afirmar que os espaços superiores apresentam maior mistura social, em relação aos espaços superiores dirigentes, embora se caracterizem ainda pela forte presença das elites.

Em relação às variáveis demográficas, são ainda mais femininos que os superiores dirigentes, com mais de 23% dos chefes de domicílio mulheres. É curiosa esta associação elite intelectual com chefia feminina existente tanto em 1980 como em 1991

De outro lado, tem maior concentração de pardos e pretos que o cluster superior dirigente, e menor proporção de chefes nas faixas etárias mais velhas. Em relação à migração, seu perfil aproxima-se bastante dos espaços superiores dirigentes. A renda média do chefe, entretanto, é nitidamente inferior á dos chefes dirigentes, embora ainda bem maior que a média metropolitana (1,86 vezes maior). A proporção dos chefes com alta escolaridade é significativa alta, de 28%%, embora bastante inferior à do cluster superior dirigente. Um dado interessante relaciona-se á religião do chefe do domicílio: em 1991, era nos espaços superiores que se encontrava o maior percentual de chefes agnósticos; já em 1980, esta situação se inverte, e é nos superiores dirigentes onde isto acontece. No que diz respeito aos chefes desocupados, a proporção de aposentados e pensionistas dos espaços superiores é maior que a dos espaços superiores dirigentes. Os domicílios continuam predominantemente próprios, embora em proporção menor que nos espaços superiores dirigentes (53% , quando no superior dirigente era 62%), em alvenaria, cobertura de laje, embora com significativa presença de telha de barro, e bem servidos de infra-estrutura.

Nos espaços médios cai fortemente o peso das elites. Aumenta a mistura social pelo aumento da pequena burguesia e das camadas médias. No espaço médio superior, o peso da elite dirigente ainda atinge 1,27 do peso médio da categoria na estrutura social metropolitana e o peso relativo da elite intelectual é ainda maior, atingindo 1,80, embora apresente uma queda importante quando comparado aos espaços superiores. As camadas médias são fortemente representadas, com 35% dos ocupados residindo neste tipo de área. Mais de 42% dos ocupados residentes nos espaços médios superiores pertencem a pequena burguesia e às camadas médias.

Nos espaços médios inferiores cai fortemente a presença das elites dirigente e intelectual, porém desce menos o peso da pequena burguesia e das camadas médias, enquanto aumenta o grau de mistura social. O que diferencia os espaços médios superiores dos inferiores é a densidade relativa da pequena burguesia e das camadas médias. No espaço médio inferior, o proletariado soma mais de 47%, enquanto que no médio superior, 37%.

Nos espaços médios inferiores a proporção de mulheres chefes de família aproxima-se da média metropolitana: 15%, assim como o percentual de chefes com 60 anos e mais .

Em relação à cor dos chefes, no médio inferior é ligeiramente menor que a média metropolitana. A proporção de chefes migrantes também se aproxima do total, assim como a renda média, 5,28 salários mínimos para os espaços médios inferiores e 6,63 salários mínimos para os espaços médios superiores. A proporção de chefes com escolaridade superior é também semelhante à média dos chefes metropolitanos (6,4% para os espaços médios inferiores, 12% para os espaços médios superiores, quando para a metrópole esta percentagem foi de 7,9%). Em relação à religião, em 1980 a proporção de evangélicos pentecostais ainda não era tão significativa como em 1991, quando passa de 3,7% dos chefes para 6% deles. Mesmo assim, nos espaços médios inferiores já existiam quase 3% de chefes evangélicos, que vão se transformar em mais de 7% em 1991. Diminui a proporção de casas com cobertura de laje, sobretudo nos espaços médios inferiores, aumentando a presença de telhas de cimento amianto. Aumenta, de forma ligeira, a proporção de casas com paredes de madeira. A percentagem de domicílios próprios mantém-se em torno de 50%, e as casas continuam bem servidas pela infra-estrutura básica de água, mas o esgotamento sanitário é precário: apenas 70% dos domicílios dos espaços médios inferiores são servidos por rede pública de esgoto.

O percentual de proletários aumenta fortemente nos espaços operários. A densidade relativa do proletariado terciário neste espaço se mantém igual a dos espaços médios, enquanto que para o operariado atinge 1,30. Mais de 40 % do total do proletariado secundário da metrópole mora neste espaço. Cerca de 42 % dos moradores dos espaços operários pertencem ao proletariado secundário, sendo que 19% são operários da indústria moderna. Neste tipo de espaço, as elites estão praticamente ausentes, e as camadas médias representam cerca de 25%.

A razão de sexo dos chefes nos espaços operários cai para 12%, mais baixa que a proporção total de chefes mulheres. A proporção de chefes idosos não alcança 9%, menor que a proporção metropolitana, de 11%. A proporção de chefes pretos e pardos é de 29%, maior que a geral, de 25%. Nestes espaços operários, a migração está presente fortemente, inclusive com migrantes recentes. A renda média dos chefes cai para pouco mais de 4 salários mínimos, inferior à média metropolitana de 5,32 salários mínimos. O percentual de chefes analfabetos já é considerável: 17%. Resumindo, observa-se um perfil populacional bem distinto dos espaços superiores, intermediários e médios: menos chefes mulheres, menos idosos, mais migrantes, mais pretos e pardos e analfabetos. A

casa própria domina, mas a proporção de alugadas é grande, de 36%. A cobertura dominante é a de telhas de barro, com paredes de alvenaria. Os domicílios têm energia elétrica, mas a presença de energia sem medidor é grande (em 34% dos domicílios) e a proporção de casas não abastecidas pela rede pública de água não é desprezível (8%), assim como moradias com destino dos dejetos ao ar livre ou córrego (6,74%).

Nos espaços populares aumenta a presença do operariado secundário (de 42% dos ocupados para 45 %) e aumenta a proporção de empregados domésticos para 9,3%). No que se refere ao proletariado secundário, o espaço popular distingue-se do espaço operário pela maior presença de operários da construção civil e menor de trabalhadores da indústria moderna.

O perfil demográfico dos chefes dos espaços populares assemelha-se bastante ao perfil encontrado nos chefes dos espaços operários: proporção de chefes mulheres em torno de 12%, chefes idosos em torno de 7%, maioria de migrantes, forte proporção de migrantes recentes. Nota-se, entretanto, que a proporção de chefes pretos e pardos é bem maior que nos espaços operários, chegando a 39%, 1,56 vezes maior que a proporção total em 1980. A renda média dos chefes nos espaços populares em 1991 era menor que a renda média dos chefes nos espaços operários (3,21 salários mínimos e 4,19 salários mínimos), e a proporção de chefes com 10 salários mínimos e mais é bem maior entre os chefes nos espaços operários. Predominam as casas próprias, nestes espaços populares, mas a proporção de alugados é considerável (30%) A ligação à rede pública de água tratada não é universal, com quase 30% dos domicílios recebendo água de poço ou nascente e apenas 15% das casas ligadas à rede pública de esgotos. Os espaços populares, assim, distinguem-se dos espaços operários por apresentarem condições de moradia e infra-estrutura mais precárias. Em 1980, a carência de infra-estrutura em grande parte do tecido urbano tornava as camadas populacionais que lá moravam extremamente vulneráveis.

No caso dos espaços agrícolas, embora a população ocupada residente seja apenas de 35 mil pessoas (menos que 1% da população ocupada total), a densidade relativa de trabalhadores agrícolas é quase 43 vezes à observada na estrutura social metropolitana. Na Grande São Paulo, existiam 36.751 trabalhadores agrícolas em 1980, que se distribuíam principalmente pelos espaços agrícolas e populares, embora com

densidade maior nos espaços agrícolas. Nestes espaços agrícolas residem também os trabalhadores da sobrevivência, embora com densidades relativas semelhantes às apresentadas pelas categorias nos espaços populares.

Estes espaços agrícolas tem menos chefes mulheres, maior proporção de chefes jovens e menor peso de chefes com 60 anos e mais, uma renda média muito baixa, de apenas 3,02 salários mínimos, com mais da metade dos chefes ganhando até 2 salários mínimos. Muitos chefes são analfabetos – 30% dos chefes, e um grande percentual compõem-se de aposentados e pensionistas. As condições de moradia são distintas dos outros espaços, com uso de telha de barro em praticamente todas as unidades habitacionais e grande presença de casas cedidas (38%). A maioria das casas está ligada á poço ou nascente e não é servida por rede publica de esgotamento sanitário. A energia elétrica continua presente, muitas vezes sem medidor.

5. Mudanças nos espaços entre 1980 e 1991- Comparação das áreas tipo

5.1 Alterações nas áreas superiores dirigentes

Em 1980 havia 16 áreas superiores dirigentes. Este número se conservou em 1991. Mas nota-se que, entre as 16 áreas de 1991, apenas 9 eram superiores dirigentes em 1980. As outras eram majoritariamente áreas superiores em 1980 (6 áreas) e uma área era média inferior no início da década de 80, tendo ascendido a superior dirigente no fim do período.

Entre as áreas que eram superiores dirigentes em 1980 e descenderam para superiores em 1991 foram estava situadas nos bairros de Moema, Itaim Bibi e Vila Mariana. Como hipótese explicativa, coloca-se a substituição de antigas mansões por prédios de apartamento para classe média alta, ou seja, substituição de uma elite dirigente (empresários e dirigentes de alta renda) por elite intelectual (profissionais de nível superior). Ainda na tendência de queda, têm-se 3 áreas do tipo superior dirigente que passaram para o tipo intermediário superior nos bairros de Perdizes e Rio Pequeno. Trata-se de fenômeno semelhante ao anterior, apenas em áreas menos nobres, seja por mudanças no tipo de ocupação do solo no entorno (caso do Rio Pequeno), seja pela

própria dinâmica do bairro (no caso de Perdizes, um bairro típico de classe média, com áreas elitizadas nas proximidades do Pacaembu).

O peso da elite dirigente nestas áreas foi ainda maior em 1991 que em 1980: em 1991 a soma das categorias elite dirigente e subproletariado alcançava mais de 40% da população ocupada das áreas descritas, enquanto que em 1980 esta soma era de 35,67% dos ocupados. Em termos populacionais, as áreas superiores dirigentes servem de moradia para um segmento pequeno da população ocupada: 120 mil ocupados em 1980 e 110 mil em 1991.

Mas, embora sejam poucas áreas, com poucos ocupados, elas concentram um elite de alto poder aquisitivo. A renda média do chefe nestas áreas passa de 13,73 salários mínimos em 1980 para 17,80 salários mínimos em 1991, com aumento relativo de quase 30%. A renda média geral passou de 5,32 salários mínimos para 7,22 salários mínimos no período, com aumento de 35%. Ou seja, a renda média total aumentou mais que a renda média dos chefes das áreas superiores dirigentes. Em 1991, a renda média dos chefes nas áreas superiores dirigentes era 2,46 a renda média do chefe metropolitano, enquanto que em 1980 esta razão era maior, de 2,58.

Assim, conclui-se que não houve, entre 1980 e 1991, concentração das elites, nem concentração de renda. Em 1980, as áreas dirigentes superiores concentravam 21,45% da elite dirigente; em 1991, concentravam 16,35%.

Algumas características demográficas dos chefes residentes nas áreas superiores dirigentes se acentuaram: a chefia tornou-se ainda mais feminina, a proporção de chefes com mais de 60 anos subiu em 4 pontos percentuais, a proporção de não brancos se manteve, o peso da migração reduziu-se em mais de 12 pontos percentuais, equivalente à redução da migração na década. A distinção mais marcante entre o perfil dos chefes nas áreas superiores dirigentes em 1980 e 1991 está na escolaridade, com aumento de quase 20 pontos percentuais (46%) dos chefes com nível superior na década, muito maior que a diferença percentual para o total de chefes com educação superior para a metrópole, de 21% de aumento entre 1980 e 1991.

5.2 Alterações nas áreas superiores

Em 1980 computaram-se 59 áreas superiores, e em 1991 elas se reduziram para 51 áreas. A população era de 480 mil ocupados em 1980, diminuindo para 361 mil em 1991, com queda de -2,58% anuais.

As áreas superiores em 1991 foram oriundas de 31 áreas superiores em 1980. Houve, assim, uma manutenção de mais de 52% das áreas do tipo superior no tipo onde estavam. As outras 20 originaram-se de 4 áreas superiores dirigentes que caíram na hierarquia, 13 áreas médias que subiram e 1 área áreas popular que se transformou em superior.

Seis áreas superiores apresentaram um comportamento ascendente para o tipo superior dirigente. Tais áreas situam-se em Alto de Pinheiros, Consolação, Moema, Morumbi, Santa Cecília e Santo Amaro, apontando para a concentração da elite dirigente na porção sudoeste do município em bairros bem equipados e com grande homogeneidade social. Os segmento espaciais que ascenderam em Santa Cecília e Consolação correspondem a ruas contíguas ao bairro de Higienópolis.

Entre as áreas que mudaram de superior para outros tipos inferiores na hierarquia destaca-se em Cotia a passagem de uma área para o tipo popular, provavelmente consequência da popularização em locais anteriormente ocupados por casas de campo, que não se tornaram condomínios fechados.

Na mudança para média inferior há 2 áreas: uma em Raposo Tavares e outra em Rio Pequeno. Eram áreas de ocupação antiga por profissionais liberais, que foram cercadas por favelas e loteamentos populares, ocasionando a saída dos antigos moradores.

Mudanças menos drásticas sofreram as áreas que passaram do tipo superior para os tipos intermediário superior e inferior. No ABC, isso aconteceu em Santo André. Nos bairros de Alto de Pinheiros, Consolação, Perdizes, Pinheiros, Santa Cecília, Lapa, República, isso liga-se ao surgimento de edifícios com menor metragem do que as casas

e prédios pré existentes, atendendo a uma clientela de bom poder aquisitivo, mas sem o poder de compra da elite originariamente residente.

As áreas superiores, tanto em 1980 como em 1991, concentram a elite intelectual. Em 1991, 21,11% dos ocupados que moravam nas áreas superiores pertenciam á elite intelectual. Em 1980, esta proporção era de 14,09%. Em 1980, as camadas médias eram mais presentes nas áreas superiores, que se elitizaram em 1991. A renda média dos chefes aumenta em quase 5 pontos percentuais, relativos a um aumento de 45%, maior que o aumento da renda média metropolitana, de 35%. Houve, desta forma, tanto uma concentração das categorias das elites como da renda. Comparando-se o número de ocupados em todas as categorias em 1980 e 199, percebe-se que houve uma diminuição, com exceção dos empresários, dirigentes privados, profissionais liberais e empregados de nível superior. Nestas categorias hierarquicamente melhor situadas, os ocupados residindo nas áreas superiores aumentaram.

Os chefes migrantes diminuem nas áreas superiores, ainda mais que a redução dos chefes migrantes para o total metropolitano (redução de 28% para as áreas superiores, contra redução geral de 19%).

Neste tipo de área também nota-se uma crescente feminização da chefia, embora menos acentuada que nas áreas superiores dirigentes: o aumento percentual da chefia feminina foi de 9%, enquanto que para as áreas superiores dirigentes foi de 12%. A proporção de pretos e pardos diminui. Assim, o perfil da população das áreas superiores é mais feminino, mais velho, menos migrante, mais branco e com maior escolaridade. O aumento de chefes com escolaridade superior entre 1980 e 1991 foi de mais de 70%.

5.3 Áreas intermediárias

Em 1991 surge um tipo de áreas que não aparecia em 1980 - as áreas intermediárias. São 167 áreas (24,17% das áreas), divididas entre 113 áreas intermediárias inferiores e 54 áreas intermediárias superiores.

Trata-se de uma tipologia que não aparecia em 1980, onde a separação entre áreas médias e superiores era nítida, não comportando esta tipologia intermediária. Diferem das áreas médias pela densidade das elites residentes: em 1991, a intermediária inferior apresentava densidade de 1,06 para a elite dirigente e 1,36 para a elite intelectual. A intermediária superior tinha densidade ainda maior para as duas elites: 2,46 para a elite dirigente e 1,74 para a elite intelectual. Mas, nota-se que embora as densidades das elites sejam altas, são bem menores que as mesmas densidades nas áreas superiores (em 1991, a elite dirigente nas áreas superiores apresentava a densidade relativa de 4,42 e a elite intelectual, a densidade relativa de 3,46). Estas áreas intermediárias apresentam também densidades altas de pequena burguesia (1,45 e 1,22, para o intermediário superior e o inferior). Resumindo, as intermediárias diferem das médias, por terem mais elite e mais pequena burguesia, mas também não chegam às densidades das elites nas superiores.

As áreas intermediárias inferiores são oriundas sobretudo das áreas médias de 1980: entre as 113 áreas intermediárias inferiores, 77 (quase 70%) era médias em 1980. Entre as 54 áreas intermediárias superiores, 32 (quase 60%) eram médias em 1980. Entre estas intermediárias superiores, 16 (30%) são originárias de áreas superiores e superiores dirigentes que decaíram.

Esta “subida” de categoria das áreas médias de 1980 para as chamadas áreas intermediárias de 1991, com perfil distinto das médias e maior densidade de elites e pequena burguesia, mostra estas camadas populacionais melhor situadas hierarquicamente indo residir em áreas anteriormente médias, ou seja, um espraiamento de parcelas das elites. A população das elites e da pequena burguesia cresceu em quase 230 mil pessoas entre 1980 e 1991, a uma taxa média anual de 3,48%, bem superior à taxa de 0,81% anual da população ocupada nestes 11 anos. Estes segmentos populacionais, de um lado, concentraram-se nas áreas superiores. Mas as áreas superiores são poucas, e servem de moradia para pouco mais de 350 mil pessoas em 1991. Assim, de outro lado, parcelas das elites e da pequena burguesia foi residir ao lado de camadas médias, em áreas antes majoritariamente médias.

Estas áreas, inexistentes em 1980, evidenciam as transformações em curso no espaço da cidade de São Paulo. Do ponto de vista espacial, são limítrofes às áreas superiores,

formando um anel em torno das mesmas, geralmente no município da capital. Em termos populacionais, totalizam mais de 1.233 mil ocupados residentes, quase 25% do total de ocupados (844 mil no intermediário inferior e 390 mil no intermediário superior).

5.4 Alterações nas áreas médias superiores

As áreas médias superiores eram 52 em 1991 e 47 em 1980. Apenas 1 área média superior de 1980 conservou este perfil em 1991. As outras foram originárias de áreas médias inferiores (8), operárias (37, a grande maioria, mais de 70%) e populares (6).

Resumindo, um traço importante na transformação em curso na metrópole de São Paulo é esta mudança das áreas operárias e sua transformação em áreas médias superiores, o que caracteriza a residência de camadas médias em antigas áreas operárias. Este fato alia-se à diminuição do proletariado secundário na metrópole, onde o número absoluto de operários da indústria moderna diminuiu em mais de 120 mil ocupados, com taxa de – 2,23% na década de 80.

As áreas médias superiores que ascenderam para superiores localizam-se em Santo André, Bela Vista, Campo Grande, Lapa e Vila Leopoldina. Esta mudança foi efeito de uma verticalização que pode ser observada, por exemplo, em edifícios como os localizados no Morro dos Ingleses, em Bela Vista. São condomínios com grande número de apartamentos e área de lazer.

As áreas médias superiores que se transformaram em intermediárias superiores e inferiores estão espalhadas pelo tecido urbano de toda a capital, formando um anel de melhoria na classificação hierárquica, fruto da própria transformação da cidade. Camadas populacionais que antes conseguiam morar em áreas mais elitizadas e que passaram por grande processo desvalorização, na década de 90 deslocam-se para áreas contíguas às da antiga residência, bem servidas, porém não tão valorizadas. São filhos de famílias residentes em Higienópolis que passam a residir em Santana, ou de famílias tradicionais do Tatuapé que passam a residir no próprio bairro em edifícios recém construídos, com apartamentos menores de bom padrão. Esta mudança de parcela da população das áreas de elite criou, nas áreas médias de 1980, as intermediárias de 1991.

Na mudança de média superior para operário e médio superior para média inferior, observa-se o mesmo tipo de processo já descrito para as áreas superiores, no caso de Raposo Tavares: degradação da área por vizinhança com loteamentos populares e favelas, além de corredores de transporte.

A população das áreas médias superiores aumentou em 1,35% anuais, passando de 356 mil ocupados em 1980 para 413 mil em 1991. O perfil da população moradora também mudou, ente 1980 e 1991: diminuiu a proporção de chefes mulheres, diminuiu a proporção de chefes idosos, aumentou o percentual de chefes pretos e pardos e a de migrantes recentes, a renda média subiu muito pouco - apenas 11%, bem menos que a renda média para o total dos chefes e a proporção de chefes com escolaridade superior se manteve. Uma forte diferença no perfil populacional entre 1980 e 1991 refere-se ao percentual de aposentados e pensionistas, que subiu 6 pontos percentuais, equivalentes à 40% de aumento. Resumindo, as áreas médias superiores de 1991 são mais negras e mais jovens que as de 1980. As características domiciliares são parecidas em relação à qualidade da moradia (com menos telhado de barro e mais cimento amianto, serviços de infra-estrutura quase que universais), mas com proporção bem menor de casas alugadas.

5.5 Alterações nas áreas médias inferiores

Em 1991 havia 188 áreas médias inferiores. Cerca de 25% eram oriundas de áreas médias inferiores em 1980. Grande parte, entretanto, quase 50%, originou-se em áreas operárias em 1980, tal como o acontecido nas áreas médias superiores. Uma diferença importante é que a origem de 70% das áreas médias superiores são áreas operárias de 1980, e a origem de apenas metade das áreas médias inferiores está nas áreas operárias, que dividem sua procedência com áreas populares de 1980 (45, 24% das áreas médias inferiores). Resumindo, as áreas médias inferiores de 1991 tem como origem áreas operárias de 1980, áreas populares e a conservação de áreas médias inferiores. As áreas médias inferiores de 1991 são “ mais proletárias” que as de mesmo nome em 1980, tanto pela sua origem com pelas densidades do proletariado secundário apresentadas em 1980 (0,85) e 1991 (1,09). Mesmo o número absoluto de operários secundários em 1991 é maior que em 1980 (389 mil e 324 mil, respectivamente, mostrando um crescimento de

1,66% anuais na década, muito grande, quando comparado com a diminuição da categoria para a metrópole entre 1980 e 1991).

Entre as áreas médios inferiores que ascenderam, destacamos:

- Média inferior para superior dirigente, no Morumbi. Supõe tratar-se de áreas vazias em 1980 ocupadas por condomínios de luxo ao longo da década;
- Médio inferior para superior: Butantã, Jabaquara, Saúde, Santana, Vila Andrade, Vila Mariana e Vila Sônia. Neste caso, distintos fatores causaram o mesmo efeito de verticalização: no Jabaquara, Santana e Vila Mariana, a construção do metropolitano, se, num primeiro momento, desvalorizou os terrenos durante a construção, num segundo momento, com as linhas de metrô prontas, estas áreas se valorizaram e verticalizaram, atraindo novos moradores de melhor perfil socioeconômico. No caso de Vila Andrade e Vila Sônia, foi a proximidade com o Morumbi que garantiu a expansão e a ocupação da área;
- Médio inferior para intermediário superior e inferior: Mogi das Cruzes, Guarulhos, São Caetano do Sul, Osasco na região metropolitana; na capital: Belém, Butantã, Cidade Ademar, Ipiranga, Jabaquara, Jaguaré, Mooca, Rio Pequeno, Santana, Saúde, Vila Sônia, São Domingos e outros. Na Grande São Paulo, são áreas ocupadas por classes médias em geral do próprio município. Na capital, são áreas que sofreram influência do metrô ou áreas de expansão urbana, muitas vezes em processo acelerado de especulação imobiliária.

Entre as áreas médias inferiores que desceram, transformando-se em áreas populares, há 2: uma em Paranapiacaba e outra em Tremembé. Trata-se de áreas bastante distantes do centro, de difícil acesso e com preço do solo acessível às camadas de menor renda. Algumas áreas médias inferiores em 1980 transformaram-se em operárias em 1991. Algumas delas ainda encontram-se próximas a áreas onde ainda operam indústrias, como Guarulhos e Barueri.

De forma semelhante às áreas médio superiores, o perfil demográfico da população residente alterou-se quanto à cor predominante dos chefes de família, em 1991 com maior proporção de pretos e pardos que em 1980. A renda média subiu 17%, menos que a renda média metropolitana. A escolaridade do chefe melhorou, com menor proporção

de analfabetos e ligeiro incremento de chefes com nível superior. Chama a atenção a proporção de chefes de família evangélicos, em 1991.

O perfil sócio econômico demonstra aumento de aposentados e pensionistas (de quase 18%, ou seja, embora grande, inferior ao aumento nas áreas médio superiores) e uma grande presença de proletariado terciário. Assim, as áreas médias inferiores de 1991 são mais proletárias que as de 1980, com maior presença dos dois proletariados, o terciário e o secundário.

A situação domiciliar muda pouco, com maior presença de cobertura em laje e forte diminuição de telha de barro aliada à melhoria de infra-estrutura. Em relação à condição de propriedade, grande diminuição de casas alugadas.

5.6 Alterações nas áreas operárias

Em 1991 havia 164 áreas definidas como áreas operárias, com 1,15 milhão de ocupados residentes. Em 1980, as áreas operárias somavam 202, com 1,5 milhão de ocupados residentes. Houve perda populacional de quase meio milhão de ocupados, com taxa de – 1,91% anuais.

Mesmo assim, a população de ocupados residentes representa em 1991 23% da população ocupada total; em 1980 alcançava 31%.

Das 164 áreas operárias de 1991, 47 eram já operárias em 1980 (quase 30%). A grande maioria das áreas operárias de 1991 originou-se nas áreas populares de 1980: 108 áreas, entre as 164 (66%) eram áreas populares em 1980. As áreas operárias de 1980 transformaram-se, na sua grande maioria (75%) em médias e intermediárias em 1991, como foi demonstrado no item anterior, no qual se discorreu sobre a ocupação de áreas operárias de 1980 por camadas médias e proletariado terciário.

Entre as áreas operárias em 1980, que se transformaram em áreas médias superiores e inferiores em 1991, estão grande parte de áreas industriais na década de 70, tanto no município, como na região metropolitana: na Grande São Paulo destacamos Diadema, Guarulhos, Mauá, Osasco, Santo André, Capuava, São Bernardo do Campo; no

município central, Jaraguá, Perus, Pirituba, São Miguel Paulista, Vila Prudente, Sacomã, Mooca etc. Isto reflete a saída da indústria do território de São Paulo e a substituição das atividades industriais pelos serviços.

Entre as áreas operárias que se transformaram em intermediárias destacam-se Mooca, Tatuapé, São Caetano do Sul, Vila Prudente, Santo André, Ipiranga. São também antigas áreas operárias que sofreram o mesmo processo acima descrito. Talvez a melhor localização das mesmas e melhor qualidade de equipamentos urbanos explique sua transformação mais elitizada.

Analisando com maior detalhe a composição das categorias sócio-ocupacionais, percebe-se que houve incremento significativo de categorias médias ligadas à saúde e educação nas áreas operárias entre 1980 e 1991. De outro lado, diminuiu o operariado secundário moderno.

Pode-se concluir que áreas anteriormente operárias em 1980 transformaram-se em médias, e áreas populares de 1980 vão servir de residência para operários de 1991.

O perfil demográfico mostra algumas distinções entre 1980 e 1991: pequeno incremento de chefia feminina, pequena diminuição de chefes idosos, pequeno aumento de migrantes recentes. De outro lado, uma forte mudança na cor dos chefes de domicílio, com aumento de mais de 50% nos chefes pretos e pardos. A renda média dos chefes sofreu pouca alteração, passando de 4,19 salários mínimos para 4,74 salários mínimos (subiu 13%) e a escolaridade se manteve. O perfil das categorias sócio-ocupacionais mostra uma diminuição do proletariado secundário e aumento do terciário.

As condições de domicílio demonstram melhoria, com quase desaparecimento das casas de madeira e grande aumento da cobertura em laje, o que pode não trazer conforto térmico, mas indica uma possibilidade de ampliação superior da moradia.

5.7 Alterações nas áreas populares

Em 1991 havia 40 áreas populares, quando em 1980 elas somavam 212. Verifica-se, desta forma, uma vigorosa diminuição deste tipo de área. A população residente no tipo

de área popular também diminuiu de 975 mil ocupados para 261 ocupados, com taxa de redução anual de -11,28%.

O perfil típico da área popular caracteriza-se por densidades menores que 1 das camadas médias para cima, na hierarquia, e densidades grandes para os operários da construção civil e subproletários. Entre as 40 áreas populares de 1991, 34 (85%) já eram populares em 1980. Três eram operárias, 1 médio inferior e 1 era superior, que caiu para popular.

As áreas populares de 1980 transformaram-se sobretudo em operárias em 1991 (metade delas); 45 (21%) viraram médio inferiores. Assim, os operários de 1991 ocupam áreas antes populares em 1980: camadas proletárias “invadem” áreas antes tipicamente populares. Este fato confirma a hipótese que segmentos melhor situados na hierarquia sócio- econômica estão ocupando espaços anteriormente mais pobres, num processo de mancha de óleo indo para a periferia. Estas áreas populares de 1980 vão servir de residência para o proletariado terciário em 1991.

As áreas populares de 1980 que se transformaram em operárias em 1991 situavam-se em Cajamar, Carapicuíba, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Grarulhos, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mogi das Cruzes, Osasco, Poá na metrópole; na capital, Grajaú, Cidade Tiradentes, Guaianazes, Iguatemi, Itaim Paulista, Jardim Ângela, Jardim Helena, Jardim São Luis, Parque do Carmo, São Mateus, formando um grande cinturão na periferia.

As que se transformaram em médias inferiores pertencem também ao cinturão periférico. Mesmo as populares que se transformaram em intermediárias localizam-se naquele mesmo entorno, formando pequeno enclaves que merecem mais análise.

As alterações demográficas foram significativas para a cor, mas com menor incremento que nas áreas populares: aumento de 8,6% nos chefes pretos e pardos. O perfil da população nas áreas populares é semelhante em 1980 e 1991: pequena proporção de chefes mulheres, poucos idosos, muitos migrantes. A renda média do chefe aumenta muito, em 65%, mostrando a ocupação das áreas populares por camadas menos pobres em relação a 1980. Chama a atenção a proporção de chefes procurando trabalho: 3,5%,

quando esta proporção era 0,4% em 1980. O perfil dos ocupados mostra aumento de subproletariado, diminuição do operariado secundário e aumento do terciário

5.8 Alterações nas áreas agrícolas

As áreas agrícolas aumentaram de 10 para 13, entre 1980 e 1991. E a população dessas áreas aumentou de 35 mil para 64 mil, com taxa de 5,83% ao ano.

Mas deve-se notar uma diferença grande de perfil sócio-ocupacional entre as áreas agrícolas de 1980 e 1991: em 1980 elas eram “mais agrícolas”, com densidade dos trabalhadores agrícolas de 42,92, enquanto que em 1991 esta densidade desce para 18,64. A chamada área agrícola em 1991 recebe este nome em comparação com as outras áreas de 1991, mas tem perfil distinto das áreas agrícolas de 1980. Nas de 1991, apenas 19% dos ocupados tinha ocupação agrícola, enquanto que em 1980 esta proporção era de 35%.

De outro lado, os trabalhadores agrícolas concentravam-se mais nas áreas agrícolas em 1980, e distribuem-se mais em outras áreas em 1991.

Nota-se que houve expansão residencial da população de baixa renda para áreas ainda consideradas agrícolas em 1980. Assim, a redistribuição espacial da população “empurrou” parte da pobreza para áreas da periferia verde. Percebe-se que em 1991 cresceu a heterogeneidade entre os residentes destas áreas agrícolas, podendo-se falar em sua proletarização. Aumenta a densidade relativa dos operários da construção civil, de 1,40 para 2,05, assim como a densidade dos trabalhadores da sobrevivência, de 1,14 para 2,36.

Cabe, por outro lado, registrar a expansão, nessas áreas, de condomínios fechados e chácaras residenciais para população de alta renda, criando oportunidades de emprego para falsos trabalhadores agrícolas, caseiros e jardineiros. Este fato ajuda a explicar o aparente paradoxo do aumento de população nas áreas agrícolas, de 35 mil para 64 mil pessoas.

Observa-se que das 10 áreas agrícolas de 1980, 8 se conservaram como agrícolas e 2 transformaram-se em operárias (em Suzano e Mogi das Cruzes)

É nestas áreas onde a proporção de migrantes recentes é grande; aliás, já era em 1980. O percentual de chefes mulheres é o mínimo, mas o de idosos é maior que nas áreas populares e nas áreas operárias. A porcentagem de pretos e pardos aumentou entre as duas datas, mas é também menor que nas áreas populares e operárias. A renda média dos chefes era a menor entre os tipos de áreas em 1980, e continua assim em 1991. Em relação ao quadro domiciliar, chama a atenção a proporção de casas cedidas. E o telhado de barro é ainda dominante, embora com menor vigor que em 1980. Em relação à infraestrutura, ainda domina o abastecimento de água por poço ou nascente.

6. Síntese da comparação das áreas tipo

6.1 A evolução da estrutura socioespacial de São Paulo, entre 1980 e 1991, mostrou forte mudança: das 691 áreas, apenas 176 não mudaram de status (25,45%); 464 apresentaram mudanças do tipo ascendente (67,15%) e apenas 51, mudanças do tipo descendente (7,38%).

6.2 Em 1991, surge um tipo de áreas que não existia em 1980: as intermediárias, com maior densidade de elite e pequena burguesia que as áreas médias em 1980, mas ainda não igualando as áreas superiores de 1980. Assim, trata-se de mix distinto, que aparece em 1991, com maior densidade de categorias hierarquicamente superiores às médias. Isso mostra uma certa elevação das categorias socioespaciais na metrópole no entorno das áreas superiores, originando um tipo de área mais heterogênea e com categorias sócio ocupacionais melhor posicionadas na hierarquia.

6.3 As maiores mudanças aparecem nas áreas populares de 1980: apenas 16% se conservam populares, e 1% caem na hierarquia. Um percentual enorme, 82% , apresenta alteração ascendente. Transformam-se em áreas operárias e médias, mostrando a entrada de camadas médias neste tipo de área ao longo dos anos 80. As antigas áreas populares de 1980 ascendem na hierarquia, como operárias (cerca de metade) e médias e

intermediárias, com presença de proletariado terciário, camadas médias e pequena burguesia. Como hipótese, coloca-se que esta mudança de perfil espacial acompanha o processo de terciarização da metrópole iniciado em meados dos anos 70.

6.4 As áreas operárias, em número de 212 em 1980, com 23% da população ocupada, também apresentaram forte alteração ascendente: 32% se conservam operárias, mas 151 (75%) mudam de categoria para áreas hierarquicamente melhor colocadas; 127 transformam-se em médias e 24 em intermediárias. Como se vê, os espaços operários de 80 são invadidos por camadas médias. As antigas áreas populares transformam-se em operárias e as operárias transformam-se em médias.

6.5 As áreas médias de 1980, num total de 192, apresentaram pequena alteração e descendente: apenas 9 áreas, que se transformaram em operárias (7) e populares (2). Entre as outras 183, 60 permaneceram como médias (33%) e as outras 123 (67%) ascenderam na hierarquia. O canal principal de ascensão das áreas médias é representado pelas intermediárias: 109 áreas médias de 80 tornaram-se intermediárias em 1991. Algumas ascenderam ainda mais fortemente, para áreas superiores e mesmo 1 para superior dirigente (área no Morumbi).

6.6 As áreas superiores de 1980 apresentaram um maior grau de manutenção que os demais tipos: 52% das superiores e 56% das superiores dirigentes se conservaram como tal. Mais de 10% das superiores de 80 tornaram-se superiores dirigentes em 1991. As outras desceram para intermediárias e 3, de forma surpreendente, decaíram para popular e média inferior: Cotia, provavelmente em consequência da popularização de locais anteriormente ocupados por casas de campo que não se transformaram e mcondomínios fechados e Raposo Tavares e Rio Pequeno, duas áreas contíguas de residência de profissionais liberais, que foram cercadas por favelas e loteamentos populares, ocasionando a saída dos antigos moradores.

6.7 Entre as 16 áreas superiores dirigentes de 1980, 7 sofreram alteração descende: 4 tornaram-se superiores e 3 intermediárias superiores.

Concluindo:

- Maior mix de ocupações e maior heterogeneidade social nas áreas inferiores;
- Diminuição de áreas operárias, correspondendo a uma diminuição da população ocupada em atividades industriais;
- Transformação de áreas populares e operárias em médias; operários e proletários terciários de 1991 ocupam áreas anteriormente populares. Segmentos melhor situados na hierarquia sócio-ocupacional estavam ocupando áreas anteriormente mais pobres, num processo de mancha de óleo indo para a periferia, onde os mais pobres são expulsos para espaços ainda piores e mais distantes;
- Surgimento das áreas intermediárias, correspondendo ao crescimento absolutos das camadas médias, da pequena burguesia e da elite intelectual. (aumento de 102 mil ocupados na elite intelectual em 1980 para 304 mil em 1991, aumento de 84,5 mil ocupados na pequena burguesia e 251 mil ocupados nas camadas médias)
- Conservação do número de áreas superiores dirigentes e do percentual de população ocupada residente nestas áreas. A chamada elite dirigente cresceu tanto relativamente como em números absolutos, entre 1980 e 1991 (66,5 mil pessoas ocupadas, representando 2,19% em 1980 para 109 mil, representando 4,60% em 1991). A densidade da elite dirigente em 1991 era maior que em 1980, mostrando um crescimento de mais de 2% dos ocupados desta elite, embora a população ocupada residente nas áreas superiores dirigentes tenha diminuído entre 1980 (120.197) e 1991 (109.620). Percebe-se também que em 1991 a soma das elites e dos subproletários nas áreas superiores dirigentes era de 58,93% da população ocupada; em 1980 esta cifra era de 52,25%. Há uma concentração da elite e domésticos nas áreas superiores dirigentes, com diminuição – embora ligeira – das camadas médias (em 1980, as categorias

médias residindo nos espaços superiores dirigentes representavam 25% da população ocupada; já em 1991, este percentual cai para 18%).

- Nas áreas superiores o mesmo fenômeno é observado: o percentual das elites atinge 19,66% em 1980, crescendo para 30,79% em 1991. De outro lado, o percentual de camadas médias em 1980 residindo nas áreas superiores era 35,36%, diminuindo para 29,08% em 1991. Nas áreas superiores também vai ocorrer uma concentração das elites.
- No outro extremo da hierarquia, nas áreas populares de 1980 a presença de categorias médias representava 16,54%, que sobe para 19,78% em 1991; o proletariado terciário, que tinha uma presença relativa de 8% em 1980, vai para 23% em 1991 nas áreas populares. Percebe-se um aumento da heterogeneidade social nestas áreas, sobretudo pela forte presença de um proletariado terciário que acompanha a transformação da metrópole de industrial para metrópole de serviços.
- Nas áreas operárias também vai acontecer um notável aumento do proletariado terciário: 10,84% da população ocupada em 1980 e 24% em 1991. Nota-se nas áreas operárias uma diminuição relativa do proletariado secundário e aumento do mix social com presença maior de camadas médias e pequena burguesia.

Assim, nas áreas superiores parece ocorrer forte diminuição da mistura social e concentração das elites e dos trabalhadores da sobrevivência, representados sobretudo pelos empregados domésticos residentes. De outro lado, nas áreas mais inferiores da hierarquia está aumentando a mistura de categorias sociais, ou melhor, da ida para a periferia de camadas sociais melhor classificadas hierarquicamente. Resta ver se entre 1991 e 2000 estas tendências continuaram.

Bibliografia

BALTRUSIS, N (2000) *A dinâmica no mercado imobiliário informal na Região Metropolitana de São Paulo: um estudo de caso nas favelas de paraisópolis e Nova Conquista Campinas*. Dissertação de mestrado apresentada à- FAU PUCCAMP

BALTRUSIS, N. (2003) O mercado imobiliário informal nas favelas de Paraisópolis e Nova Conquista. In: FERNANDES, E. (org.). *A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte, Del Rey, pp 215-228.

BOGUS, L. (1992) Urbanização e Metropolização: o caso de São Paulo. In: BÓGUS, Lucia M. e WANDERLEY, Luiz. (org.). *A Luta pela Cidade em São Paulo*. São Paulo, Cortez.

BRANT, V (1989) *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo, Comissão de Justiça e Paz / Brasiliense.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2000) *Cidade dos Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo, EDUSP.

CHENU, A., TABARD, N. (1993) *Les transformations socioprofessionnelles du territoire français, 1982-1990*. Population, v. 6, p. 1735 –1770.

CLAVAL, Paul (1979) *Espaço e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.

EMBRAESP (2002) *Relatório Anual 2000*. São Paulo, Informativo Imobiliário EMBRAESP.

JANUZZI, P de M & JANUZZI, N (2002) Crescimento urbano, saldos migratórios e atratividade residencial dos distritos da Cidade de São Paulo. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, ANPUR, vol 4, nº ½.

LANGENBUCH, J. (1971) *A Estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro, IBGE.

MARCUSE, P. (1996) Space and race in the post Fordist city: the outcast ghetto and advanced homelessness in the United States today. In: MINGIONE, E. (ed.) *Urban Poverty and the Underclass*. Oxford, Blackwell Publishers, pp 176-216.

MACEDO, S. S. (1987) *Higienópolis e arredores*. São Paulo, EDUSP/PINI.

MARQUES, E., TORRES, H. e SARAIVA, C. (2003) *Favelas no Município de São Paulo: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000*. Artigo apresentado no X Encontro Anual da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Belo Horizonte.

- MONTALI, L. (1991) *Região Metropolitana de São Paulo: Expansão e Heterogeneidade*. São Paulo, mimeo,
- Secretaria de Habitação do Município de São Paulo. (1987) *Censo de favelas*. São Paulo.
- PASTERNAK, S. (2001) *Desenhando os espaços da pobreza*. Tese de livre docência apresentada à FAU-USP.
- PERILLO, S (2002) *Vinte anos de migração no Estado de São Paulo: uma análise do período 1980-2000*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto.
- PRETECEILLE, E. & VALLADARES, L. do P. (2000) *Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca*. In: QUEIROZ R. L. C. (org.). *O futuro das metrópolis: desigualdade e governabilidade* Rio de Janeiro, Revan / FASE, pp 375-403.
- PRETECEILLE, Edmond (1994) Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. *Globalização fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____ (1988) *Mutations urbaines et politiques locales*. Paris: Centre de Sociologie Urbaine, v .1.
- _____ (1993) *Mutations urbaines et politiques locales*. Paris: Centre de Sociologie Urbaine, v .2
- Ribeiro, L.C.Q e Lago,L. (2000) *O Espaço Social das Grandes metrópoles Brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.
- ROLNIK, R et al (1990) *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo, SEMPLA.
- SABATINI, Francisco (1997). *Liberalización de los mercados de suelo y segregación social en las ciudades latinoamericanas: el caso de Santiago, Chile*. Chile, Univ. Católica de Chile.
- SENNET, R. (1997) *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro, Record.